

chaves para o sucesso da intervenção

É importante lembrar que o projeto arquitetônico / urbanístico é apenas uma das etapas a serem cumpridas no processo de urbanização de favelas. Juntamente com a intervenção física, deve haver também um projeto social e uma intervenção jurídica. Dificilmente se encontra um projeto completo, que contemple os três aspectos (físico, social e jurídico). Quanto mais completa a intervenção, maiores são as suas chances de sucesso. Existem, porém, alguns pontos importantes para o sucesso do programa implantado, que gostaria de destacar.

O primeiro é o resultado físico da obra. Segundo UEMURA, Margareth, em sua dissertação de mestrado, onde estuda o resultado de algumas obras do programa Guarapiranga, "nas áreas onde o projeto de urbanização contemplou a melhoria dos acessos, instalação de mobiliário urbano e criação de área de lazer, além da infraestrutura básica descrita pelo programa (Guarapiranga), a população tem mantido as obras executadas, com poucas alterações, mesmo com inexpressivo acompanhamento social e de educação ambiental." Isto porque dotar a área de equipamento de lazer aumenta a auto-estima da população moradora, que cria um sentimento de identificação, pertencimento e orgulho do local onde vivem; sentimentos estes muito importantes para a não degradação e abandono do ambiente.

Ainda no que diz respeito ao resultado físico da obra, é consenso dos especialistas que deve haver uma assessoria técnica disponível à população. O pós-

Parque Amélia - favela urbanizada pelo Programa Guarapiranga, SP. Exemplo da apropriação do novo espaço público pela população. Fonte: UEMURA, M. 2000.



obra é a época em que os moradores investem em melhorias nas suas moradias, e problemas como falta de insolação, ventilação, falhas ou desperdícios na execução das fundações e estrutura, entre outros, são muito comuns. Também é importante fornecer assessoria técnica e financiamento caso seja deixado a cargo dos moradores as ligações hidráulicas com as redes coletoras, executadas pela Prefeitura. Isto porque é comum os moradores não fazerem as ligações com a rede pública corretamente por falta de conhecimento e informação, ou por falta de condições financeiras. As redes correriam então o risco de não atenderem às demandas para as quais foram projetadas.

O trabalho social é essencial para o sucesso do programa, e envolve várias etapas. Deve começar antes da obra, com a participação estratégica dos moradores, que devem se organizar para acompanhar a elaboração do projeto com voz ativa e poder de decisão. Os moradores devem, no mínimo, receber informação acerca do projeto. É também interessante que a mão-de-obra para a execução das obras seja composta por moradores. O trabalho social também é fundamental para a manutenção futura do projeto arquitetônico / urbanístico, pois "as condições sócio-culturais da população aliadas à histórica falta de acesso à infra-estrutura básica fazem com que os moradores não usem corretamente as obras implantadas.



Vila Eda - favela urbanizada pelo Programa Guarapiranga, SP. Fonte: FRANÇA, E., 2000.

Muitos moradores têm pouca ou nenhuma instrução, não têm informação sobre as relações de causa-efeito entre saneamento e saúde, não têm condições de ler orientações ou orientar as crianças sobre o uso adequado das obras. A ignorância pode causar o uso incorreto, e a rápida deterioração das obras.” (BUENO, L., 2000). E os jovens devem ser o alvo maior dos programas sociais em geral, como forma de criar alternativas ao narcotráfico, que cresceu muito nas últimas décadas e hoje é apresentado a essa população como alternativa de sobrevivência, alternativa ao desemprego. Também é mais fácil conscientizar os pais através dos filhos.

Estas são apenas algumas frentes de trabalho das equipes de assistência social, que incluem ainda a informação sobre direitos destas populações, educação ambiental, os trabalhos para inclusão social e territorial, convivência, sociabilidade, contra a violência urbana, e a articulação com políticas públicas de educação, saúde, emprego, renda, educação e cultura.

É melhor que o trabalho social seja realizado paralelamente às obras, quando os moradores estão bastante mobilizados. Pois apesar da importância de os moradores continuarem organizados após o término do programa, isso pode não acontecer e então torna-se difícil reuni-los.



Centro cultural da favela Monte Azul

O CASO DA FAVELA MONTE AZUL

A Favela Monte Azul, localizada próximo ao Centro Empresarial São Paulo, na avenida João Dias, é um caso único que deveria servir de exemplo para todo e qualquer programa de urbanização de favelas. Desde 1975, a favela foi alvo de programas educacionais concebidos por uma professora de uma escola alemã da vizinhança. Em 1979, foi fundada a Associação Comunitária Monte Azul, que hoje é responsável por diversos programas sociais, pedagógicos, profissionalizantes, culturais e de saúde na favela. Há diversas creches dentro de construções da própria favela, para crianças de diferentes idades, que passam ali as horas em que não estão na escola; há uma biblioteca, uma sala de computação e um centro cultural com teatro e diversas salas de aula onde as crianças e os jovens têm aula de música, interpretação e expressão corporal. A Associação Comunitária também mantém uma marcenaria, uma oficina de restauro de móveis, uma oficina de reciclagem de papel e uma padaria. Além de fornecer cursos profissionalizantes para os jovens, estas oficinas e o centro cultural ainda são fontes de emprego para muitas pessoas e de renda para a Associação Comunitária. Há ainda programas educacionais e profissionalizantes para portadores de deficiências físicas e mentais, e um posto de saúde. A favela



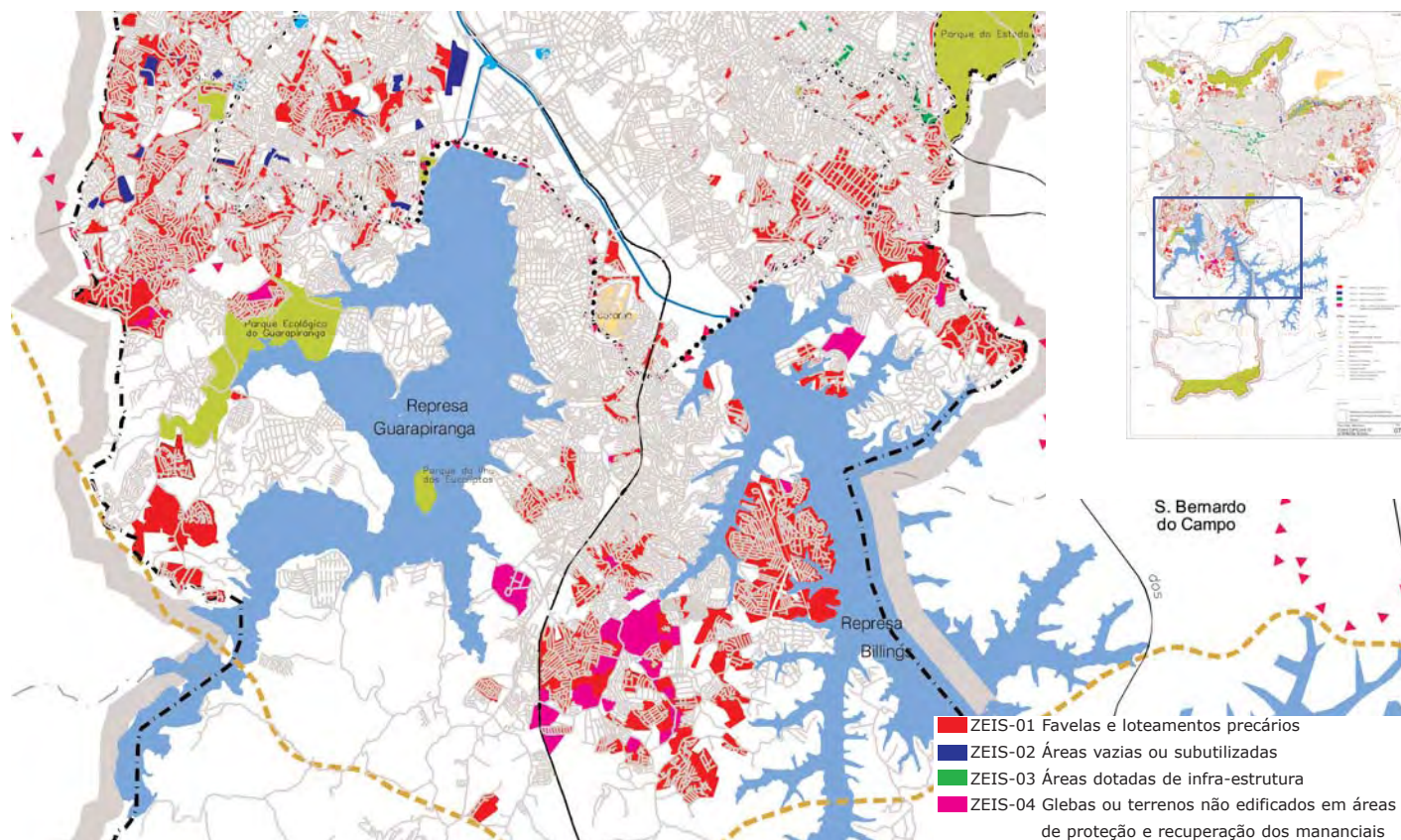
Favela Monte Azul - oficina de reciclagem de papel... .. e biblioteca.

está atualmente em processo de urbanização, e esta também foi uma conquista da Associação Comunitária.

Segundo CRAEMER, Ute, o trabalho social desenvolvido na favela "é uma tentativa de ajudar cada ser humano a viver." Pois é praticamente impossível uma pessoa nascida na favela, um ambiente tão adverso ao desenvolvimento humano, pela quantidade de obstáculos que são impostos, crescer sozinha e conseguir mudar a sua vida. É muito difícil conseguir quebrar o círculo vicioso da pobreza em que estas populações estão inseridas: baixa remuneração – alimentação fraca e falta de estímulo – escolaridade baixa – falta de opções profissionais – baixa remuneração.

Os moradores da Monte Azul garantem que os índices de violência e criminalidade dentro da favela são iguais a zero, e que ali não existe tráfico de drogas.

Outro ponto importante é a regularização. A integração das favelas aos serviços públicos urbanos de manutenção – limpeza de bocas de lobo, conserto da pavimentação, varrição das ruas, coleta de lixo... – e o reconhecimento do novo tecido urbano pelos órgãos públicos – emplacamento de ruas, registro no guia, entrega de correspondência – são pontos-chave para a conquista da cidadania por parte desta população excluída. Já a regularização fundiária é um



ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Social, segundo o Plano Diretor Estratégico. Fonte: www.prefeitura.sp.gov.br

passo igualmente importante, mas dificilmente realizado. As melhores saídas são a concessão real de uso (no caso de terras devolutas) e o usucapião urbano (para terrenos privados). O Estatuto da Cidade trouxe também benefícios para esta área. Instituiu o usucapião coletivo, e muito importante, as ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social. A transformação das favelas em ZEIS proibiria o remembramento de lotes, a verticalização e alguns usos comerciais, de serviços e industriais, fazendo com que a favela mantenha suas características urbanas próprias (vias e lotes pequenos e irregulares). Desta forma, pretende-se evitar a chamada “expulsão branca” – a valorização dos imóveis nas favelas por causa dos investimentos públicos realizados –, pois as favelas não seriam objeto de interesse da classe média baixa, como ocorreu com os conjuntos habitacionais da década de 1970 (BUENO, L., 1995).

Um último ponto importante para o sucesso dos programas de urbanização de favelas é a existência de uma gestão integrada. O envolvimento conjunto de Prefeitura e Estado pode causar descompasso e atraso nas obras e má vontade entre os órgãos, em decorrência de diferentes orientações políticas. A falta de integração entre executores causa a ausência total de manutenção das obras, pois nenhum dos agentes se responsabiliza integralmente pelo projeto.

área de intervenção

A escolha do local de intervenção sofreu fortes restrições devido à falta de disponibilidade de material para projeto, como levantamentos e outros dados. Por isso, para esta escolha, foi tomada como ponto de partida uma lista de favelas fornecida por técnicos do Programa Guarapiranga.

A lista fornecida continha 139 favelas da bacia do Guarapiranga. O primeiro critério de eliminação foi a localização das favelas. Escolheu-se, então, trabalhar com áreas na região do Campo Limpo, e não de Interlagos. Campo Limpo possui uma ocupação mais recente; os levantamentos e dados sobre a região estão mais atualizados; e ali se encontra o maior número de favelas ainda não urbanizadas. Na região de Interlagos, muitas das favelas já passaram por obras de urbanização. Com isto, foram eliminadas metade das favelas.

Dentre as favelas restantes, havia as que já sofreram intervenções por parte do Programa; outras estavam com obras de urbanização em andamento; e outras tinham pronto apenas o projeto executivo. Para este trabalho, não interessavam os locais que já possuíam redes diversas de infra-estrutura, e portanto foram descartadas da lista as favelas já urbanizadas e aquelas cujas obras estavam em andamento. As favelas que possuem projeto possuem também levantamentos e outros dados, o que facilita a execução deste trabalho. Desta lista, excluíram-se ainda as favelas muito pequenas, com menos de 100 famílias.



Preferiu-se escolher favelas um pouco maiores, de aproximadamente 220 famílias, que seria um número médio. Uma favela de médio porte facilitaria a adaptação do projeto para outras favelas maiores e menores. Segundo estes critérios, foram selecionadas as seguintes favelas:

Núcleo	Favela	no. de famílias
Novo Santo Amaro	Parque Novo Santo Amaro VII	255
Novo Santo Amaro	Parque Novo Santo Amaro I e II	214
Kagohara	Jardim Planalto	208

Além destas, foram selecionadas outras três favelas; duas delas por se localizarem em regiões ainda não totalmente ocupadas; e a terceira por se localizar mais próximo à represa. São elas:

Calu	Enlevo	317
Santa Maria	São Lourenço	127
Guavirutuba I	Vila Santa Zélia	154

A escolha final seria feita através de consultas a mapas, fotografias, fotos aéreas e eventuais visitas de campo, após a entrega do dossiê.



Vista panorâmica da região do Campo Limpo, a partir da estrada do M'Boi Mirim.

Logo após a entrega do dossiê, em março de 2002, foi realizada uma visita, juntamente com o arquiteto Marcos Baldarini da JNS/Hagaplan, empresa de engenharia responsável pelo gerenciamento das obras do Programa Guarapiranga, a algumas favelas na região de Campo Limpo, na margem esquerda da represa. Foi a primeira visita à região, e foi importante para constatar o tamanho da urbanização existente na área de proteção do manancial da Guarapiranga, o seu grau de consolidação e o modelo adotado. A impressão que ficou foi das piores. A região está 100% ocupada, e da forma mais desumana e predatória possível: tem o aspecto de uma favela sem fim. A ocupação tem mais de 20 anos, chegando às vezes a 40 anos, e está totalmente consolidada. As residências são todas feitas com estrutura de concreto armado e alvenaria em blocos cerâmicos sem revestimento. A densidade é alta; raramente se vê um espaço aberto, de uso comunitário, que poderia ser uma área verde ou um campo de futebol. As ocupações se localizam em áreas de alta declividade ou em fundos de vale, à beira de córregos – áreas deixadas pelos loteadores para a prefeitura como áreas verdes ou institucionais, que abandonadas, acabam invadidas (ocupadas). No primeiro caso, as residências são empilhadas umas nas outras, como forma de aproveitar melhor o espaço, e têm acesso por vielas que na verdade são grandes escadarias, que ligam ruas pavimentadas do topo



1

2



1. Vista geral da favela Jardim Planalto.
2. Vista geral da favela Vila Santa Zélia.

às áreas mais baixas, definidas por projetos de loteamentos (clandestinos) e já asfaltadas. Estas residências formam uma estrutura muito rígida, totalmente intertravada, o que geraria dificuldades para remoção de algumas famílias, por exemplo, pois não se sabe onde as casas estão apoiadas, e quais as casas que se apóiam sobre elas. No segundo caso, também se nota um alto índice de verticalização. As casas se empilham por cima dos córregos nas favelas de maior densidade, e em alguns casos, fica difícil até detectar que no meio de tantas casas existe um corpo d'água.

As favelas visitadas foram Jardim Planalto, no núcleo Kagohara, com 208 famílias; Vila Santa Zélia, no núcleo Guavirutuba I, com 154 famílias; e Fábio Luz, no núcleo Vale Verde, com 143 famílias. As 3 favelas se localizam em regiões de encosta, com altas declividades, e apresentam as características já descritas para este tipo de ocupação. As três também se localizam nas "áreas verdes", dos famosos loteamentos clandestinos. As duas primeiras favelas estão com o projeto executivo pronto, e esperam pela segunda etapa do Programa Guarapiranga, que aguarda novo financiamento do Banco Mundial. Já a terceira sofreu algumas intervenções, e está com as obras paradas desde o fim da verba do primeiro financiamento. Também aguarda o novo financiamento do Banco Mundial.



Favela não identificada.

Na volta destas favelas, passamos em frente a uma quarta, à beira da estrada de Guarapiranga. Esta favela ficava às margens de um córrego. A situação era muito interessante, com casas de alvenaria construídas quase que em cima do córrego, cujo acesso se dava por pequenas pontes de madeirite, totalmente improvisadas. Meu interesse em trabalhar com aquela favela foi imediato, pois me atraía muito um terreno cortado por um córrego, e com alguma área disponível no entorno. As possibilidades de projeto logo começaram a surgir.

Esta favela foi identificada como Jardim Arnaldo, no núcleo Guavirutuba II, e começamos a fazer todo o levantamento de material para trabalho, como fotos aéreas, mapas em diversas escalas, incluindo o levantamento cadastral da favela, até o projeto executivo. Este processo demorou aproximadamente 2 meses. Mas era impossível começar a projetar sem conhecer realmente a favela, conversar com moradores, lideranças. A visita à favela foi agendada então para o fim de junho. No total, foram 3 meses e meio de espera por uma data para visitar a favela juntamente com os técnicos do Programa Guarapiranga. Porém, foram 3 meses de visitas muito freqüentes à biblioteca da Fau, dedicados à pesquisa de outros assuntos relacionados ao tema, todos de grande importância para o produto final.



Aspectos da favela Jardim Arnaldo

Na visita, foi logo constatado que esta favela não era a mesma visitada da primeira vez. O Jardim Arnaldo é muito mais denso, seguindo o modelo já descrito de ocupação à beira de córregos: casas muito empilhadas, vielas muito estreitas e escuras, em forma de escadarias que levam ao fundo do vale, e o córrego que aparece ocasionalmente em forma de esgoto puro. Em todos os lugares onde o córrego é visível, enxergam-se tubulações saindo de dentro das casas e despejando o esgoto diretamente no corpo d'água, sem maiores cuidados. E a população fica em contato com todas estas condições insalubres diariamente, o tempo todo. Muitos têm noção dos riscos a que estão expostos, mas nada podem fazer para melhorar a situação, pois não têm condição financeira para tanto.

A única saída que esta população tem, mas que ainda não foi colocada em prática, não se sabe por qual motivo, seria organizar-se em uma associação de moradores, para fazer demandas coletivas aos órgãos públicos responsáveis pela situação.

E esta foi exatamente a razão pela qual fui obrigada a desistir de trabalhar com o Jardim Arnaldo. Sem uma organização dos moradores, fica muito difícil entrar na favela, por problemas de falta de segurança. Toda a população local sabe quem é da comunidade, e quem é de fora. E quem é de fora não tem



1



2

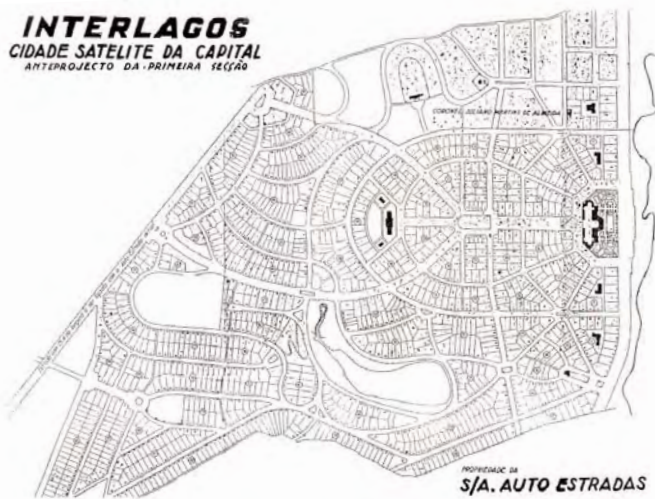
1. Estrada do M'Boi Mirim, na margem oeste da represa da Guarapiranga
 2. Av. Robert Kennedy, na margem leste da represa.
- Fonte: FRANÇA, E., 2000.

motivos para entrar na favela. E se tem, precisa deixar muito bem explicado quais são os motivos. No caso, eu havia entrado na favela com o pessoal do Programa Guarapiranga, e nós havíamos nos identificados como sendo da prefeitura. Mesmo assim, a população nos viu com desconfiança. Técnicos e políticos só entram em favelas em anos eleitorais, prometem grandes mudanças em troca de votos, e depois desaparecem sem cumprir o que prometeram. Portanto, seria muito difícil realizar este trabalho de graduação nesta favela. O projeto requer algumas visitas ao local, contato com moradores, informação das atividades realizadas. E a existência de uma associação de moradores se tornou então uma condição essencial à execução do trabalho. Muita conversa também gera expectativas, e é complicado lidar com isso. Estas pessoas já não têm muita confiança nas ações do poder público (UEMURA, M., 2000). Já ouviram muitas promessas de mudança, mas poucas se concretizam; em alguns casos, nenhuma se torna realidade. E quando a mudança realmente vem, os moradores não a aceitam com facilidade, ou têm dificuldades em manter as novas conquistas, que aliás, muitas vezes não são vistas como tal.

Desta forma, no início de agosto, após um atendimento com o professor orientador e uma visita à sede da construtora JNS, decidi realizar o trabalho em uma outra favela, o Jardim Santa Fé, na região do Grajaú, margem direita da represa.

INTERLAGOS

CIDADE SATELITE DA CAPITAL
ANTEPROJETO DA PRIMEIRA SEÇÃO



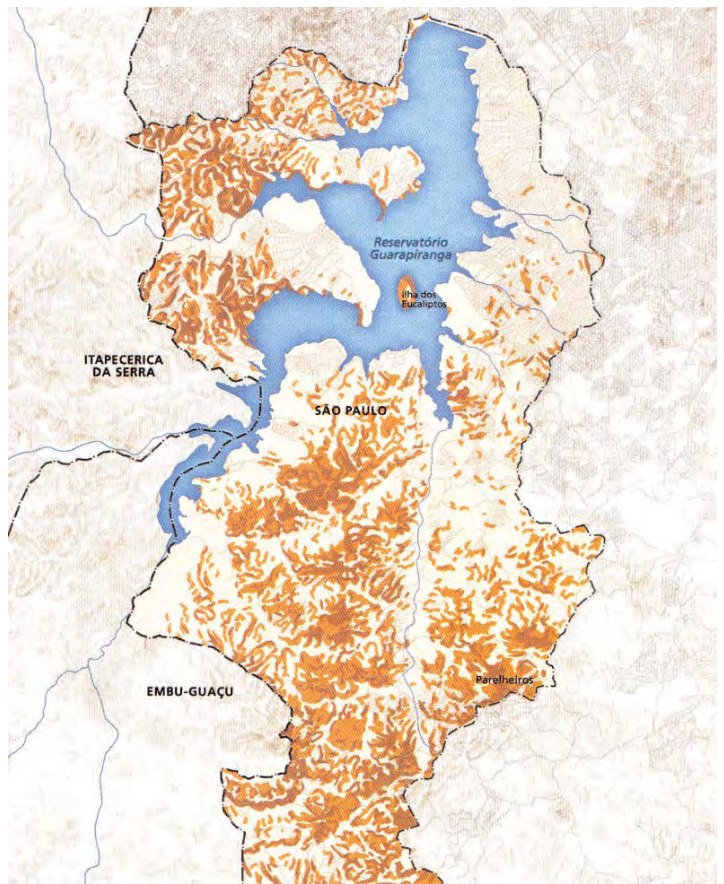
Aspectos da urbanização da margem leste da Guarapiranga.

1. Projeto do bairro-jardim de Interlagos. Fonte: FRANÇA, E., 2000.
2. Vista à beira da represa - áreas de lazer.
3. Marina SantaPaula, projeto do arquiteto Vilanova Artigas. Fonte: FRANÇA, E., 2000.



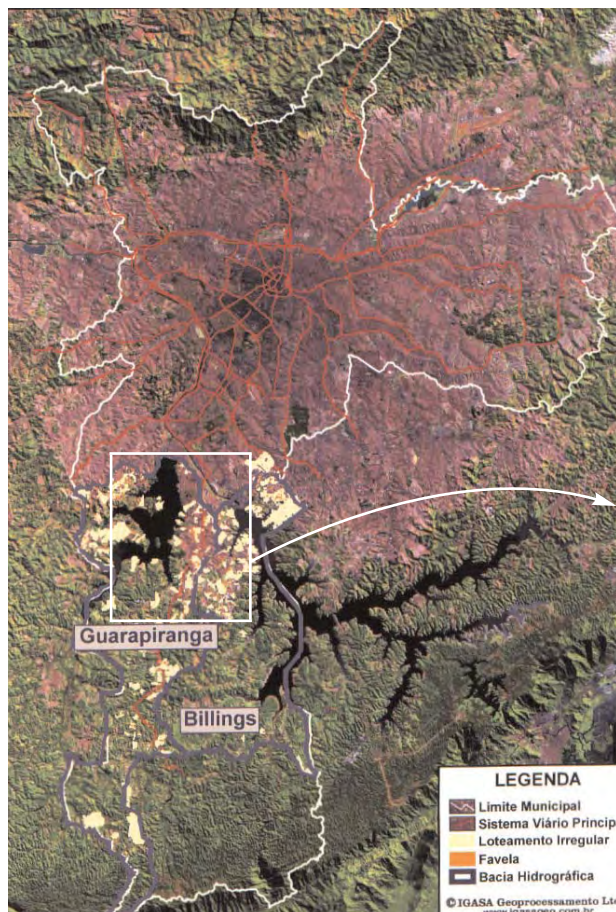
A margem direita da Guarapiranga teve um processo de ocupação diferente da margem esquerda. A urbanização aqui chegou primeiro, mas na forma de "condomínios de baixa densidade, grandes lotes, vias cuidadosamente adaptadas aos contornos do relevo, infra-estrutura básica adequada e edificações tecnicamente bem construídas" (SALES, M. M. L. "Aspects of the development of the dam and major transformations". In: FRANÇA, E., 2000). Este tipo de ocupação é hoje visível no distrito da Capela do Socorro, que ainda apresenta vias largas e pavimentadas, transporte coletivo para outras regiões da cidade, estabelecimentos comerciais e de lazer (clubes, marinas, restaurantes e casa noturnas), estes localizados à beira da represa, às vezes até com praias no reservatório. Só mais ao sul, a partir do distrito de Cidade Dutra, e continuando até Grajaú e Parelheiros, predominam os bairros de população de mais baixa renda, a chamada cidade informal ou clandestina, com seus loteamentos irregulares e favelas. Nestes distritos, a ocupação é muito parecida com aquela encontrada na margem oeste da represa, com a diferença de que o relevo é menos íngreme nesta área da bacia hidrográfica. Na margem oeste do reservatório, o relevo é mais acidentado, e apresenta diversas áreas com declividades superiores a 30%, enquanto na margem leste o mais comum é encontrar declividades de 0 a 20%. Isso faz com que um menor número de assentamentos esteja sujeito a deslizamentos na margem direita.

Mapa de declividades na bacia da Guarapiranga. Fonte: FRANÇA, E., 2000.

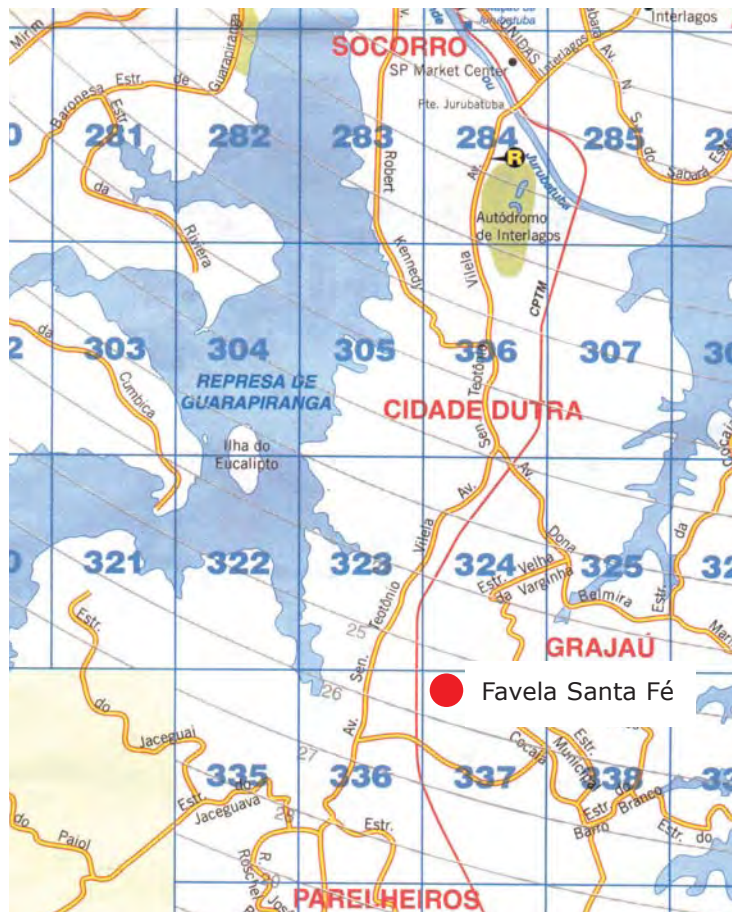


O Jardim Santa Fé está localizado no fim do distrito do Grajaú, muito próximo ao distrito de Parelheiros. Fiz uma primeira visita à favela em setembro, após reunir pela segunda vez todo o material necessário para o projeto, sempre com o auxílio dos arquitetos do Programa Guarapiranga. A visita foi realizada no dia em que o projeto de urbanização foi apresentado à população local. A associação de moradores há tempos já lutava na prefeitura por obras de melhorias, até que foi incluída no Programa Guarapiranga. Naquela ocasião, as obras de canalização do córrego existente já haviam começado, e o programa previa a conclusão completa da obra para o início deste ano de 2003.

A favela encontra-se em uma situação muito interessante. Localiza-se quase sobre o divisor de águas entre as bacias Guarapiranga e Billings, próxima à nascente de um córrego que é contribuinte do rio Parelheiros, ao sul do reservatório, e ocupa exatamente o vale deste córrego. O entorno da favela é ocupado por diversos loteamentos clandestinos. A jusante do córrego, a favela e todos estes bairros são delimitados por uma linha de trem da CPTM. Próximo à linha do trem, existe uma outra área de ocupação, porém mais recente que a favela. A jusante da favela, mas antes da linha do trem, às margens do córrego, existe uma grande área livre, fruto da determinação da associação de moradores, que impede até hoje a sua ocupação. A associação de moradores



Fonte: QUATRO RODAS, guia de São Paulo, 1999.



pedia que ali existisse uma grande área de lazer para a população local: um parque linear.

O projeto do parque também estava sendo apresentado à população no dia da visita. O secretário da habitação, Paulo Teixeira, e a coordenadora do Programa Guarapiranga, Ana Lúcia Ancona, também estavam presentes no dia. Fizeram discursos e puseram-se à disposição da população para esclarecimento de dúvidas. Após todas as cerimônias, fui apresentada ao líder comunitário, Sr. Barbosa, que me levou para uma caminhada de reconhecimento pelo local. E com todo o material em mãos, fotos e mais um diagnóstico básico feito neste dia, pude finalmente começar a projetar. Outras 3 visitas foram realizadas ao longo do semestre, com o intuito de conhecer melhor a região, as características do assentamento, os problemas enfrentados pela população e acompanhar o andamento das obras de urbanização.